Regime de Execução de Contratos



14 Horas | **290 €**

incurso capital humano

Apresentação
O ambiente da contratação pública requer um profundo entendimento dos processos legais e regulatórios envolvidos na execução de contratos administrativos. Com base nas disposições do Código dos Contratos Públicos, esta formação foi meticulosamente planeada para fornecer aos participantes uma compreensão abrangente dos elementos-chave que regem a implementação eficaz e bem-sucedida de contratos públicos.

Ao longo do curso, serão explorados conceitos essenciais, incluindo princípios fundamentais, eficácia e invalidade dos contratos, poderes do contraente público e as implicações práticas da figura do gestor do contrato.
Os participantes serão imersos em estudos de caso práticos e análises de cenários reais para desenvolver a sua capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em situações do mundo real.

Destinatários
Dirigentes, Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos da Administração Pública Central e Local interessados e envolvidos em processos de Contratação Pública.

Objetivos Gerais
Dotar os formandos de um conhecimento abrangente sobre as diversas fases e vicissitudes da execução dos contratos públicos, desde a celebração dos mesmos até ao termo das obrigações contratualmente previstas para ambas as partes, incluindo a perceção da figura legal do gestor do contrato e suas implicações práticas.

Objetivos Específicos
No final da formação os formandos deverão ser capazes de:
- Compreender o enquadramento legal e regulatório dos contratos públicos.
- Reconhecer os poderes do contraente público em relação ao cocontratante.
- Identificar as várias complexidades durante a execução do contrato, incluindo possíveis modificações objetivas ou subjetivas.
- Identificar os regimes de incumprimento contratual e os respetivos regimes sancionatórios.

Programa
O Regime de Execução de Contratos Públicos (14H)
1.Enquadramento legal e regulatório:
1.1.Atualizações significativas no Código dos Contratos Públicos
1.2.Adaptações recentes na legislação para contratos administrativos
1.3.Implicações das mudanças regulatórias no contexto da contratação pública

2.Princípios fundamentais da execução de contratos públicos:
2.1.Fundamentos éticos e legais subjacentes à execução de contratos públicos
2.2.Diretrizes e protocolos essenciais a serem seguidos durante a execução de contratos
2.3.A importância da transparência e responsabilidade nas transações contratuais

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt

3.Eficácia e invalidade contratuais à luz das novas regulamentações:
3.1.Requisitos atualizados para garantir a eficácia dos contratos públicos
3.2.Normas legais para identificar e lidar com a invalidade de contratos
3.3.Aplicações práticas das novas regulamentações na gestão de contratos públicos

4.Poderes atualizados do contraente público:
4.1.Ampliação dos poderes e responsabilidades do contraente público
4.2.Limites e restrições legais nos poderes do contraente público
4.3.Ações recomendadas para um exercício eficaz dos poderes do contraente público

5.Modificações objetivas e subjetivas dos contratos em consonância com a legislação vigente:
5.1.Processo de modificação de contratos públicos sob as novas regulamentações
5.2.Avaliação de alterações objetivas e subjetivas e suas implicações contratuais
5.3.Requisitos legais para garantir a conformidade durante as modificações contratuais

6.Reposição do equilíbrio financeiro contratual com base nas disposições legais atualizadas:
6.1.Estratégias para equilibrar as responsabilidades financeiras entre as partes contratantes
6.2.Considerações legais para reajustes financeiros durante a execução de contratos
6.3.Proteções legais para garantir a equidade financeira durante a execução contratual

Certificação
O Certificado Profissional da INCURSO é emitido no fim da formação através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), na área criada especificamente para o registo das ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, ao abrigo do n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro e Portaria n.º 474/2010, de 8 de Julho, ficando associado ao Passaporte Qualifica - Registo Individual de Competências do formando.

- No final do curso os formandos que obtiverem aproveitamento têm direito a um Certificado de Formação Profissional conforme legislação em vigor.
- Os formandos sem aproveitamento recebem uma Declaração de Frequência de Formação Profissional, na qual onde constará carga horária e módulos da formação.

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt